

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.308 - SP (2019/0297407-2)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : GUILHERME DO AMARAL JESUINO**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : GUILHERME DO AMARAL JESUINO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado, de próprio punho, em favor por GUILHERME DO AMARAL JESUINO apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Informa o impetrante/paciente que a ele foram atribuídas faltas graves, em tese praticadas nos dias 14/3/2017 e 28/3/2017, sem que houvesse prévia oitiva, contrariando os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Assevera que, "no procedimento que instaurar para apuração de falta disciplinar, a autoridade administrativa (v. arts. 47 e 48) deverá designar audiência em que permitirá ao executado, acompanhado de defensor, apresentar sua versão sobre os fatos imputados" (e-STJ fl. 6). Pontua, também, que "o paciente não foi ouvido em Juízo" (e-STJ fl. 13).

Sustenta que deveria ter sido absolvido da prática dos crimes de corrupção de menores e de tráfico de drogas ou, subsidiariamente, ser beneficiado da desclassificação para o crime de uso de entorpecentes.

Requer, inclusive liminarmente, que sejam anuladas as faltas disciplinares atribuídas ao paciente.

É, em síntese, o relatório.

Verifica-se que a petição inicial é de difícil compreensão, bem como que os autos vieram desacompanhados das peças processuais necessárias à compreensão da controvérsia.

Assim, em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, inclusive reclamando o envio das decisões proferidas e dos acórdãos prolatados, e demais peças dos autos pertinentes à solução da controvérsia.

Requeira-se, inclusive, a senha necessária para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Prestadas as informações, encaminhem-se os autos à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, com representação nesta capital, para que requeira o que entender cabível em favor do paciente, em razão da ausência de defesa técnica.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se. Dê-se ciência ao interessado.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator